



A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM AUTISMO: UMA QUESTÃO DE DIREITO¹

José Roberto Afonso Pantoja

Aluno de Mestrado em Educação
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
jroberto.pantoja@bol.com.br

Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
hcsimoes@unifap.br

RESUMO

A Educação no Brasil tem se revelado bastante preocupada com a crescente e intensa luta pelos direitos dos grupos minoritários até então excluídos e marginalizados de nossa sociedade refletidos no processo de organização da escola que acaba por reproduzir a situação de exclusão presente na sociedade. Dentre tantos excluídos, com limitação de aprendizagem, este trabalho destaca a criança com autismo. Uma síndrome ainda envolta em muitos mistérios e elementos que precisam ser desvelados e conhecidos, o que dificulta a prática educativa em direção a um olhar especial e consequente com essas crianças. Pretende discorrer sobre os caminhos de uma educação que busca o processo de Inclusão Social, com objetivo principal de construir uma escola acessível e democrática, na qual sejam atendidas as necessidades educacionais específicas de todos os alunos, sem exceção, respeitando a idade cognitiva, a cultura e o contexto social de cada indivíduo.

Palavras chave: Prática Educativa. Autismo. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios da Educação na modernidade refere-se ao processo de inclusão dos grupos minoritários até então excluídos e marginalizados de nossa sociedade. Trata-se da busca de equiparação de oportunidades para todos, em todas as áreas de nossas vidas, especialmente na Educação.

Nesse sentido, é este trabalho se propõe a fazer uma reflexão sobre a prática educativa voltada para a percepção das diferenças que existem no contexto escolar, pois se o agir pedagógico caminha na teorização de que “todos são iguais”, jamais irá perceber as diferenças e as necessidades especiais que alguns têm no espaço escolar.

Zimmermann e Strieder (2010), sustentam que a educação inclusiva deseja compreender e aceitar o outro na sua singularidade. Implica mudança de perspectiva educacional e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades inclusivas. Dessa forma, pode-se dizer que a educação

¹ Se trata de uma pesquisa em andamento sobre Educação em Direitos Humanos, no contexto da construção da dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E a Inclusão Escolar da Criança com Autismo figura entre as descobertas iniciais do estudo bibliográfico como uma das necessidades recentes da Educação Inclusiva e pouco clarificada no contexto da prática pedagógica nas escolas.



inclusiva é aceita quando abandona-se a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. Isso requer a superação da tradicional concepção antropológica de seres humanos ideais.

Ainda, segundo Vera CANDAU (2008), a cultura escolar está construída numa perspectiva homogeneizadora, o que impede de perceber as diferenças, de maneira que, mesmo que a diversidade esteja impregnada no “chão” da escola, esta precisa ser identificada, revelada, valorizada e trabalhada.

Nessa perspectiva, o cotidiano escolar deverá propiciar a todos os agentes no contexto da escola, a percepção clara e lúcida da necessidade de buscar, pela prática educativa, uma realidade mais justa, menos perturbada e preconceituosa.

Uma prática educativa dessa forma, materializaria um dos direitos humanos inalienáveis, exposto na Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, onde insculpe que, “todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos”, entendendo que todos têm direitos iguais, apenas ocorrendo algumas adaptações, quando necessárias, às pessoas com deficiência.

Se trata de um trabalho construído a partir de um estudo bibliográfico, pois resulta na primeira inserção do Universo dos Direitos no contexto educacional. Para Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

Foram consultados também vários artigos científicos buscados na internet sobre o tema, além de priorizar o enfoque da pesquisa nos pensamentos de (CANDAU, 2008), (RODRIGUES, 2001), (OLIVEIRA, 2002), além de considerar as metas e recomendações preconizadas na (LDB, 1996), (PCNs, 1997) e (PCNs: Adaptações Curriculares, 1999).

2 A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO

2.1 ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE O AUTISMO

Segundo Marques (2000), foi em 1943 que Leo Kanner, pedopsiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos da América identificou cientificamente pela primeira vez uma síndrome a que chamou autismo.

Portanto, se trata de um fenômeno relativamente recente, por isso ainda existem muitos mistérios a serem desvelados sobre o autismo, é um tema que se encontra envolto de muitas construções que buscam uma melhor definição do que seria o autismo. Para Marques (2000), apesar de todas as concordâncias entre Kanner e Asperger, pioneiros na identificação do autismo, ainda



persistem algumas divergências, entre elas destaca-se àquela que refere-se às capacidades linguísticas. Kanner no seu estudo referia que a maioria dos casos não falavam e as restantes não usavam a linguagem para comunicar. Pelo contrário, Asperger referiu que em todos os casos que estudou, falavam fluentemente.

Na busca das convergências, parece ser aceito que o autismo se trata de uma síndrome comportamental, caracterizada clinicamente por uma tríade de distúrbios, relacionados à socialização e comunicação, à limitação da atividade criativa e aos interesses restritos (LEVY, 2000).

O autismo é uma síndrome “misteriosa e paradoxal” que deu lugar a diversas teorias quanto à sua origem, mas até à atualidade não foi possível encontrar uma resposta coerente e consequentemente aceita pela comunidade científica (OLIVEIRA, 2003).

Estudos recentes indicam também que o autismo não é regido apenas por causas genéticas, mas sofre impactos de fatores ambientais que interfeririam no desenvolvimento do feto, como stress, infecções, exposição a substâncias químicas tóxicas, complicações durante a gravidez, desequilíbrios metabólicos podem levar ao desenvolvimento do autismo. Segundo Mello (2005), o autismo é fruto de uma anormalidade em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou, até mesmo, no parto.

2.2 A POLÍTICA DE INCLUSÃO E PRÁTICA EDUCATIVA

Convém destacar que as dificuldades teóricas que existem entre os pensadores, se revelam maximizadas na prática educativa, uma vez que a maioria dos profissionais não foram formados, nem têm conhecimento de como lidar com a aprendizagem dos alunos com autismo. Nesse sentido, se faz necessário que todos os profissionais da Educação entendam a perspectiva da Educação Inclusiva, sobretudo no que diz respeito a entender a necessidade de individualizar o processo de aprendizagem.

A discussão sobre a Inclusão social de crianças com deficiência no contexto escolar é relativamente recente. Silva (2009), explana sobre as diferentes fases da Educação Especial, desde a Exclusão, passando pela Segregação e Integração, até se chegar nos dias de hoje, a Inclusão.

Nos primórdios da existência humana, as sociedades primitivas associavam os deficientes a maldições religiosas, os quais deveriam ser extirpados do convívio social. Essa concepção ainda perdurou no período medieval, onde eram associados à imagem do diabo e a atos de feitiçaria e



bruxaria. De acordo com relatos históricos, muitos foram vítimas de perseguições, julgamentos e execuções. Apenas no século XIX os deficientes foram inseridos em instituições de cunho, marcadamente assistencialista (SILVA, 2009).

O processo definitivo de ruptura com a antiga visão acerca das pessoas com deficiência se consagra com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, e somente na década de 80, com o desenvolvimento de alguns trabalhos, reconheceu-se o direito pleno à normalização e à igualdade de oportunidades, considerando-se que a integração de crianças com necessidades educativas especiais deveria ser a nível físico, funcional e social, pressupondo a proximidade física com as outras crianças e aceitação por parte das mesmas, ou seja, passaram a frequentar as salas regulares e o professor de ensino especial passou a apoiar a criança dentro da sala.

Nessa nova perspectiva da sala de aula, chegamos ao ponto central da discussão, pois não basta colocar o aluno com deficiência junto com os ditos “normais”. Há que se desenvolver um aparato favorável para que as dificuldades sejam compensadas, o que passaria necessariamente por um processo sério de qualificação dos profissionais que o acompanhariam. Para Correia (1997):

[...] a simples colocação física da criança com Necessidades Educativas Especiais na classe regular não é, de forma alguma, garantia de sucesso escolar. Pelo contrário, caso a escola não consiga proporcionar-lhe uma educação apropriada, então o “despejá-la” na classe regular constituirá um acto irresponsável (CORREIA, 1997, p. 9 e 10).

Para Rodrigues (2003), estar incluído é muito mais do que uma presença física: é um sentimento e uma prática mútua de pertença entre a escola e a criança, isto é, o jovem sentir que pertence à escola e a escola sentir que é responsável por ele (Rodrigues, 2003: 95, cit. por Silva, 2009).

Ainda, segundo Sanches e Teodoro (2006), a Inclusão é um projeto coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde o espaço físico, dinâmica de sala de aula, passando pela adaptação do currículo, pelas formas e respectivos critérios de avaliação.

A Escola Inclusiva reconhece que os estilos de aprendizagem variam de criança para outra, daí a importância dos professores levarem em conta as diferenças individuais no processo de apropriação de saberes. Estilos de aprendizagem são características particulares de aprender, ou seja, cada indivíduo possui um estilo único e diferenciado no processo de aquisição de conhecimentos (OLIVEIRA, 2002).

Para Stainback & Stainback (1999), “o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural, em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.



Portanto é fundamental que os professores sejam orientados e capacitados, a fim de desenvolverem a habilidade de identificar corretamente as necessidades de seus alunos com autismo, mesmo porque, ainda existe muito mistério relacionado ao tema.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda existe muita incerteza com relação à criança com autismo. Nesse sentido, acredita-se que pouco se tem feito pela sua inclusão, não por má vontade, mas por incapacidade de lidar tecnicamente com a situação.

A falta de profissionais qualificados para trabalhar na inclusão, não atinge somente as crianças com autismo, mas todas as demais deficiências. Mesmo que haja o desejo de tratar bem a criança com deficiência, dando-lhe carinho e amor, isso resolve o tratamento humano, mas não resolve a relação com a limitação pois, para isso é necessário o conhecimento sobre como lidar com as crianças individualmente, de acordo com a sua limitação.

Foi percebido que existem poucas crianças autistas incluídas, se comparadas àquelas com outras deficiências. Isso ocorre devido à falta de preparo das escolas e professores para atender à demanda da inclusão.

Foi possível perceber ainda, a necessidade de realizar mais pesquisas relacionadas ao tema autismo e inclusão, pois ainda é grande a falta de conhecimentos dos professores e da população em geral para lidar com essas crianças.

O relacionamento entre professor e aluno tem que ser consequente e lúcido, a ponto de tornar o processo educativo e a escola significativos para o aluno. É preciso que os professores sejam capacitados para atender à crescente população de crianças com autismo. Infelizmente ainda é grande o número de pessoas que enxergam esses indivíduos de forma errônea e acabam não realizando a inclusão da melhor forma possível a esses alunos.

4 REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera M. **Multiculturalismo e educação**: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Orgs). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CORREIA, L.M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1997.



LEVY, P. **Autismo e genética**. Protocolo para o estudo das pessoas com autismo. Acta pediátrica. Lisboa, 2000.

MARQUES, C. **Perturbações do espectro do autismo**. Ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com Mães. Lisboa: Quarteto Editora, 2000.

MELLO, A. **Autismo**: Guia prático. São Paulo: AMA, 2005.

OLIVEIRA, C. **Práticas de Inclusão no ensino regular**: inclusão de uma criança do espectro do autismo com deficiência mental associada. Monografia de Pós- graduação em Ciências da Educação, 2002.

RODRIGUES, D. **A educação e a diferença**: Valores e práticas para a educação inclusiva. Porto: Porto Editora, 2001.

SANCHES, I. e TEODORO, A. **Da integração à inclusão escolar**: cruzando perspectivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação, 8, 2006, pp. 63-83.

SILVA, M.O.E. **Da exclusão à Inclusão**. Revista Lusófona da Educação, 13, 2009.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STRIEDER, R.; ZIMMERMANN, R.L.G. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem**. Disponível em www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/10_a_inclusao_cp10.pdf.